



TRABALHO E EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA: PERSPECTIVAS DOS JOVENS DO ENSINO MÉDIO SOBRE ESTA RELAÇÃO

Autora: Denise Aparecida Lenzi; Co-autora: Kelin do Amaral Saldanha Kanoffre da Silveira;
Orientadora: Suely Aparecida Martins

Universidade Estadual do Oeste do Paraná – mestradoeducacaoofb@gmail.com

Resumo: O artigo aborda a temática das conexões entre juventude, educação e trabalho, propondo-se a analisar quais são as perspectivas dos alunos do Ensino Médio sobre a relação entre educação escolarizada e trabalho. Apresenta, primeiramente, uma discussão conceitual sobre as transformações no mundo do trabalho, perpassa pelas relações entre juventude, escola e trabalho e, em seguida, expõem os resultados da pesquisa. Os dados foram coletados por meio de questionário aplicado aos alunos do Ensino Médio. A partir das respostas dadas por estes jovens, foi possível perceber quais suas perspectivas em relação ao trabalho e a educação escolar. A análise sinaliza que os jovens atribuem à escola e ao trabalho significados positivos e que depositam na educação suas expectativas de inserção no mercado de trabalho e sucesso no vestibular. Palavras-chave: Educação, Ensino médio, Juventude, Perspectivas, Trabalho.

INTRODUÇÃO

Na atualidade tem-se falado muito sobre juventude. Os estudos que problematizam a cultura juvenil a partir de suas experiências, percepções, formas de sociabilidade e atuação avolumaram-se. Todavia, ainda sabe-se pouco sobre a identidade dos jovens, especialmente na relação que estabelecem com o trabalho e a educação.

Entre as leituras realizadas percebe-se, na relação que se estabelece entre educação e trabalho, a unanimidade entre a grande maioria dos estudiosos em constatar que as profundas transformações que afetam o mundo do trabalho prejudicam também os jovens.

Nesta diversidade de relevâncias constitutivas do campo, que não evidenciam uma, mas várias juventudes, buscou-se suporte em alguns autores que vêm direcionando suas pesquisas e análises às transformações do trabalho que afetam a juventude contemporânea, recortando as interpretações e análises que se aproximam dos objetivos deste estudo.

O foco da investigação foi delimitado com base nas perspectivas que os jovens estudantes do Ensino Médio, de estabelecimento de ensino da rede pública estadual do município de Realeza – PR, alimentam em relação ao trabalho e a educação escolarizada.



Optou-se pela realização de uma pesquisa que compreendeu a coleta de dados junto a noventa e sete estudantes por meio da aplicação de questionário, instrumento que compreendeu questões fechadas, a respeito do perfil socioeconômico, suas impressões sobre a escola e o trabalho, suas trajetórias laborais, suas expectativas em relação ao futuro, considerando sua experiência escolar, e suas perspectivas quanto a relação entre trabalho e educação escolar.

Assim, a pesquisa partiu de algumas questões principais: qual a perspectiva dos jovens em relação à escola? Qual o significado do trabalho em suas vidas? A escola prepara para o trabalho?

O artigo está dividido em duas partes. A primeira seção apresenta uma descrição teórica das transformações ocorridas no mundo trabalho. A segunda seção aborda algumas considerações sobre as conexões entre juventude, trabalho e educação e a análise dos aspectos referentes, reunidos a partir dos dados coletados.

Por conseguinte, analisar a heterogeneidade vivida por jovens que estudam e estão inseridos em diversas situações de trabalho e identificar os significados que atribuem ao trabalho e a educação escolar em suas vidas é o objetivo principal deste estudo.

AS TRANSFORMAÇÕES NO MUNDO DO TRABALHO

Considerando o pressuposto marxiano de que o trabalho é a atividade transformadora da natureza para satisfazer as necessidades humanas e de que sem ele não há produção e reprodução social, compreendemos que o trabalho é condição da existência humana, que existe independente do modo como a produção está organizada e que prescinde a relação homem x natureza, já que o homem como agente transformador retira dela os bens necessários à sua reprodução material (MARX, 1996).

Além disso, é pelo trabalho que os homens se fazem diferentes da natureza, sua reprodução ultrapassa os processos simplesmente biológicos, pois, ao realizarem o trabalho os homens não estão apenas modificando a matéria natural. Ao criarem algo novo, eles também estão se transformando ao adquirirem conhecimentos novos que se acumulam à medida que os colocam em prática para satisfazer novas necessidades. Assim, sobre o caráter ontológico do trabalho, Marx (1996, p. 208) afirma que

O processo de trabalho (...) é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais.

Ou seja, o trabalho permitiu ao longo da história que os homens se tornassem seres sociais que desenvolvessem a si mesmos e a sociedade em que vivem, construindo historicamente sociedades diferentes, com modos de produção diferentes. Conseqüentemente, desenvolve-se a divisão do trabalho. Com essa divisão está dada também a repartição do trabalho e seus produtos, a propriedade e a contradição entre interesse particular e comunitário. Marx e Engels apontam que a divisão do trabalho é um dos principais momentos no desenvolvimento histórico até os nossos dias e que é realizada no processo de desenvolvimento das sociedades.

Cronologicamente, podemos estabelecer que houve uma organização do trabalho nas sociedades da antiguidade até o fim da Idade Média, com o fim do período medieval, e que houve outra organização com a emergência do mercantilismo e do capitalismo, bases do trabalho na sociedade moderna.

Inserido na sociedade capitalista e na lógica do capital, o trabalho torna-se uma atividade rotineira, desqualificada e desvinculada de seu caráter ontológico. O trabalhador se sujeita à situações de exploração, pois precisa sobreviver de seu trabalho assalariado. De acordo com esse novo modo de ser do trabalho na sociedade capitalista, Marx aponta o fenômeno do estranhamento produzido pela exploração do trabalho pelo capital. Nos Manuscritos Econômicos e Filosóficos (2010, p. 78), diz que “o trabalho estranhado reveste uma relação própria, particular e histórica, comum ao capitalismo, que faz da atividade do trabalho somente um meio para a sobrevivência física do trabalhador.”

Além das mudanças sofridas nas configurações do trabalho, podemos destacar que vários tipos de enfrentamento ocorreram ao longo do desenvolvimento do capitalismo e com isso novas transformações ocorreram na sociedade, principalmente na década de 1970.

O capitalismo, após um longo período de acumulação de capital, começou a dar sinais de um cenário crítico. Em resposta à sua própria crise, o sistema iniciou sua reorganização através de um intenso processo de reestruturação da produção do trabalho com o intuito de reestabelecer-se nos níveis de expansão anteriores. Esse período ficou caracterizado por “uma ofensiva generalizada do capital e do Estado contra a classe trabalhadora” (ANTUNES, 2009, p.32).

Em meio a tanta destruição de forças produtivas, da natureza e do meio ambiente, há também, em escala mundial, uma ação destrutiva contra a força humana de trabalho, que tem enormes contingentes precarizados ou mesmo à margem do



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

processo produtivo, elevando a intensidade dos níveis de desemprego estrutural (ANTUNES, 2009, p. 33).

A crise e sua lógica destrutiva teve dimensões tão fortes que a desestruturação e desmontagem de regiões inteiras foi seu resultado. Desemprego, precarização do trabalho e destruição da natureza foram os traços marcantes desse período.

A partir de então, com o processo de reestruturação produtiva, que acarretou em significativas mudanças no processo produtivo, a substituição do fordismo pelo toyotismo foi o que mais impactou o mundo da produção a partir de estratégias que caracterizam um período no qual a acumulação foi dirigida por processos de flexibilização.

No Brasil, o cenário não poderia ser outro e os reflexos da crise estrutural do capital ficaram evidentes no país a partir da década de 1990. Nessa época, o país caminhava, aparentemente, para a consolidação dos direitos sociais e trabalhistas. Estes, duramente requeridos no processo de luta de classe e reconhecidos legalmente na Constituição Federal de 1988, após um período de ditadura militar. O início dos anos 1990 demarca no Brasil a adoção ao neoliberalismo e a reestruturação produtiva.

Antunes e Alves (2004, p. 336) afirmam que “a classe trabalhadora hoje compreende a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda da sua força de trabalho – a classe-que-vive-do-trabalho”, e que esta mesma classe vem presenciando um processo multiforme com tendências específicas, importantes para a compreensão da conformação atual do mundo trabalho. Dentre elas, podemos considerar o aumento do novo proletariado terceirizado, o aumento significativo do trabalho feminino, expansão do trabalho em domicílio, o mundo do trabalho é cada vez mais transnacional, novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem, a exclusão dos trabalhadores considerados “idosos” pelo capital, com idade próxima de 40 anos e que, uma vez excluídos do trabalho, dificilmente conseguem reingresso no mercado de trabalho.

Assim, considerando a relação que se estabelece entre os jovens e as profundas transformações que afetam o mundo do trabalho, analisar-se-á, na sequência, o jovem como sujeito pertencente à categoria juventude, articulando-se às análises a respeito da relação entre educação escolar e trabalho e os respectivos significados que têm em suas vidas.

EDUCAÇÃO ESCOLARIZADA, JUVENTUDES E TRABALHO: AS RELAÇÕES ESTABELECIDAS PELOS JOVENS ALUNOS TRABALHADORES



Partindo da compreensão de que o trabalho é a categoria central das relações sociais, conforme explicitado acima, faremos alguns apontamentos a respeito da relação que se estabelece entre educação escolarizada, jovens e trabalho.

Podemos visualizar na contemporaneidade uma classe trabalhadora mais fragmentada e heterogênea que vivencia relações de trabalho precárias e, na maioria das vezes, sem qualquer vínculo empregatício e acesso aos direitos trabalhistas e sociais. Ao analisar essa realidade nas últimas décadas, constata-se as profundas transformações que assolam o mundo do trabalho e que, conseqüentemente, culminam no fenômeno do desemprego que atinge milhões de pessoas, entre elas os jovens.

Nesse contexto, torna-se imprescindível analisarmos alguns aspectos sobre esses jovens. Vários autores preocupam-se, no primeiro instante, com o conceito desta categoria social e se deparam com um dilema complexo. Frigotto (2004, p.180) ao tratar da questão juventude, trabalho e educação menciona o fato de que há uma certa complexidade de se ter um conceito unívoco de juventude, por razões tanto históricas quanto sociais e culturais. O autor afirma que o adequado seria, talvez, falar em juventudes, especialmente se tomarmos um recorte de classe social.

Sanfelice, dentro dessa mesma concepção, aponta que “há, pelo mundo, muitas e distintas juventudes (...). Os jovens, encontram sua identidade, ou não, no grupo social que habitam. Ser jovem, portanto, é partilhar de uma convenção universal de critério etário e comportamental, porém dentro de uma singularidade limitada” (2013, p. 68-69).

Nessa lógica, considerando a relevância histórica, social e cultural como possibilidades que levam a definir o jovem como sujeito pertencente à categoria juventude, percebe-se que as mudanças ocorridas em cada momento histórico são absorvidas diversificadamente, explicitando como o conceito de juventude vem se transformando ao longo do tempo. Reforçando essa premissa, Sposito (1997, p. 38) diz que “a própria definição da categoria juventude encerra um problema sociológico, passível de investigação, na medida em que os critérios que a constituem como sujeitos são históricos e culturais”.

Compactuando com essa forma de conceber o jovem e a categoria juventude, pode-se considerar que a educação, na perspectiva da luta emancipatória, precisa impreterivelmente restabelecer a relação entre educação e trabalho. No prefácio do livro de Mézáros, *A educação para além do capital*, Sader (2005, p. 17) situa esse vínculo claramente afirmando

Digam-me onde está o trabalho em um tipo de sociedade e eu te direi onde está a educação. Em uma sociedade do capital, a educação e o trabalho se subordinam a



III CONEDU

CONGRESSO NACIONAL DE
E D U C A Ç Ã O

essa dinâmica, da mesma forma que em uma sociedade em que se universalize o trabalho - uma sociedade em que todos se tornem trabalhadores -, somente aí se universalizará a educação. “A ‘autoeducação de iguais’ e a ‘ autogestão da ordem social reprodutiva’ não podem ser separadas uma da outra” - nas palavras de Mészáros.

Dentro dessa mesma ótica reflexiva, Sanfelice (2013, p. 76) aponta que é preciso atenção ao fato de que as juventudes dos países capitalistas não centrais, na sua grande maioria, são objeto de um projeto educativo que as induzem a se prepararem para o trabalho simples. Formar para o mercado de trabalho é o objetivo central da educação, enquanto reprodutora e mantenedora da lógica do capital, imposto às juventudes hoje. Nesse cenário, no qual a mão-de-obra a ser utilizada no trabalho simples exige apenas algumas habilidades e quase nenhuma formação tecnológica, jovens competem entre si para garantir seu lugar ao sol. Daí a questão da competitividade e da adaptação que também assolam jovens e juventudes.

Adaptar-se e competir tornaram-se exigências frequentes no processo de formação dos jovens. Contudo, ancoradas na meritocracia, as relações sociais baseiam-se em formas distintas de adaptação que classificam: enquanto que para os jovens de classe dominante, a adaptação legitima sua superioridade de classe, para os jovens mais pobres é uma ferramenta para sobreviver.

Aqui, podemos apontar uma das diversas ideologias cultivadas mitologicamente pelo liberalismo/capitalismo de que todos possuem as mesmas chances na disputa pelo sucesso. Para tanto, basta lutar e se sobressair aos demais. Caso venha a ser vencedor, os méritos serão somente seus. Caso contrário, tornando-se um perdedor, a responsabilidade também será somente sua. Neste cenário ideológico, no processo de socialização dos jovens, precisamente no âmbito da educação e do trabalho, a regra é universalizar as exigências do modelo capitalista.

Entretanto, “por mais que o liberalismo propague um mundo onde 'todos têm a mesma chance', como lembra Wright Mills, estar no topo é muito mais fácil para quem nasce no topo e ocultar isso é, para determinados fins, missão ideológica” (SANEH, 2011, p. 256).

Considerando a premissa de que a educação escolar precisa restabelecer sua relação com o trabalho, apresenta-se na sequência alguns breves resultados de uma investigação específica. Os dados expostos trazem indícios que consideramos relevantes no que diz respeito a investigações no campo das relações entre escola e trabalho, principalmente no aspecto que essas questões representam para os jovens, qual o significado da escola e do trabalho para esses sujeitos que constroem o processo escolar.

Participaram da pesquisa 97 jovens do Ensino Médio, nos períodos matutino, vespertino e



noturno, em um Colégio Estadual do município de Realeza-PR. O questionário aplicado, no ano de 2015, era composto de dezoito questões fechadas, as quais contemplavam o perfil do aluno, sua situação quanto ao trabalho e suas perspectivas quanto a relação entre escola e trabalho.

Os dados coletados, referentes ao perfil dos/as alunos/as, apontaram que a faixa etária dos 97 alunos/as pesquisados/as está entre os 15 e 25 anos. A maioria, 42%, está com 16 anos. Em relação ao sexo, 59% são do sexo feminino e 41% são do sexo masculino. Os dados revelam também, de acordo com a questão da moradia, que 88% dos jovens moram no meio urbano e 12% moram no meio rural.

A renda familiar de 51% destes jovens é de 1 a 3 salários mínimos; 21% de 3 a 6 salários mínimos; 14% até 1 salário mínimo; 6% de 6 a 9 salários mínimos; 4% de 9 a 12 salários mínimos; 3% mais de 15 salários mínimos e 1% de 12 a 15 salário mínimos.

Dos 97 jovens pesquisados, 65% trabalham e 35% não trabalham. Dos que trabalham, a maior parte deles, 57%, realiza suas funções no setor do comércio. 62% possuem carteira assinada e 38% não possuem. A jornada diária de trabalho de 41% dos jovens é de 04 a 06 horas, de 38% é de 06 a 08 horas e 21% trabalham de 08 a 10 horas.

Os jovens empregados sem carteira assinada revelam sua situação de informalidade no trabalho que exercem. Estes dados demonstram uma das características do trabalho na contemporaneidade que afetam os jovens, a indução a uma preparação para o trabalho simples. “É por isso que as palavras de ordem ressoam por todos os cantos: formar para o mercado de trabalho, formar o trabalhador flexível (precarizado e manipulável, diga-se de passagem) e competitivo” (SANFELICE, 2013, p. 79-80).

Quanto ao destino do salário obtido pelo trabalho, para 38% dos jovens é destinado a independência financeira, 35% utilizam-no para complementação de renda familiar e 27% utilizam-no para manter atividades de lazer e entretenimento. Estes índices nos remetem à duas situações distintas, mas complementares. Nesse sentido, Saneh aponta que

A geração de jovens que têm o apoio dos pais para entrar no mundo do trabalho (...) tem uma situação diferenciada de orçamento. Enquanto o salário dos jovens trabalhadores das classes pobres é usado quase integralmente no pagamento das despesas essenciais, na manutenção da vida doméstica, com pouco ou nenhum espaço para pequenos luxos, como cultura, os jovens das classes média e alta muitas vezes não precisam contribuir com as despesas da casa. O salário recebido é um complemento destinado ao consumo de produtos típicos do desejo juvenil de qualquer classe (2011, p. 266).



No campo do trabalho, então, criam-se situações distintas referentes aos jovens. Há um grupo que não precisa preocupar-se com os benefícios e direitos trabalhistas por ter uma base econômica familiar que lhe dá suporte. Este grupo de jovens chega aos postos de trabalho assistidos, amparados. Estes jovens profissionais estão, portanto, “em condições de determinar ideologicamente o padrão de exigência e comportamento do mundo do trabalho, pressionando ainda mais os jovens pobres” (SANEH, 2011, p. 266). Os jovens desta pesquisa não correspondem a este grupo, pois trata-se de jovens, na sua maioria, trabalhadores. Todavia, pode-se perceber que mesmo entre estes, apresenta-se desigualdades quanto a renda, ao suporte recebido pela família no processo escolar, colocando-os em situações diferentes no mercado de trabalho e nas possibilidades da utilização do salário que recebem.

Nessa questão, é importante nos remetermos também a Sanfelice (2013, p. 81), quando afirma que o projeto educativo do capital é educar as juventudes para serem consumidoras. “De uma maneira ou outra, todas as juventudes devem consumir e adquirir a prática do consumo até quando ele é muito supérfluo”.

Sobre o significado que o trabalho tem hoje para a vida dos jovens pesquisados, para 43% deles o trabalho significa crescimento, seguido de 29% que considera o trabalho sinônimo de independência. 20% consideram o trabalho uma necessidade e 8% auto realização. O trabalho como exploração não foi apontado por nenhum dos jovens. Estes dados ressaltam que o trabalho tem extrema importância para o jovem na atualidade, no sentido de ser este o meio de sobrevivência individual, uma forma de atingir a independência financeira para realizarem-se como pessoas de direitos e de respeito. Percebe-se, assim, que o jovem também atribui um significado positivo ao trabalho, pois se constitui como “referência para a construção de sua identidade pessoal e social, de seu status socioeconômico. Insere-o (a) na sua classe social, oferece-lhe possibilidade concreta de existência e desenvolvimento” (FRIGOTTO, 2004, p. 228).

Entretanto, estes índices apontam também jovens que não compreendem completamente a lógica da exploração do trabalho pelo capital, que desumaniza e aliena o ser humano. Contraditoriamente, 38% deles apontaram na questão seguinte que trabalho e educação escolar são possibilidades de uma formação integral e humanizadora, que insere criticamente os indivíduos na sociedade em que vivem. Ora pois, se compreendem esta possibilidade como não percebem a exploração pelo trabalho?

Contudo, os dados obtidos sinalizam que a maioria dos jovens pesquisados, 72%, estabelecem um vínculo entre a educação escolar e trabalho. Estes consideram que os



conhecimentos adquiridos na escola se relacionam com os conhecimentos necessários para o trabalho e a educação permanece nesse cenário como indicativo principal para a obtenção do sucesso a inserção no mercado de trabalho. Estas questões explicitam-se nas seguintes afirmativas: 50% dos jovens afirmam que a escola possibilita uma leitura ampla que facilita a inserção no mundo do trabalho e 36% que na escola aprende-se questões básicas fundamentais para a inserção no mercado de trabalho.

Paradoxalmente, mesmo estes jovens atribuindo à escola um significado positivo em relação ao trabalho, suas expectativas para o futuro, considerando a experiência escolar, são direcionadas, em sua grande maioria, ao vestibular. 67% dos jovens depositam suas expectativas em passar no vestibular, enquanto 18% veem na escola uma escolar uma possibilidade de aumentar a remuneração, 12% esperam arrumar um emprego e 3% em mudar de emprego.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Encaminhar-nos para as considerações finais deste estudo exige que lembremo-nos de que o objeto foi analisado tendo por base os elementos da experiência escolar e laboral e dos significados atribuídos pelos alunos do Ensino Médio, sujeitos jovens que o frequentam, possibilitando os apontamentos das seguintes conclusões.

O significado que a escola assume para os jovens que ali estudam é positivo. Mesmo correndo o risco de ser apenas uma ilusão, é na educação que buscam meios para conquistarem suas metas, que veem possibilidades para seu desenvolvimento pessoal e profissional e, principalmente, buscam através dela a conquista de uma profissão e sua inserção no mercado de trabalho.

Contudo, com essa extrema positividade outorgada à escola, percebe-se clara e proporcionalmente a ausência de elementos negativos. Todos os alunos apontam-na como algo importante. Esse aspecto, considerando a realidade do sistema educativo, demonstra, minimamente, uma carência do real significado da escola, pois estes jovens não percebem “as diferenças entre quem parte para o jogo com a nota dez e com a nota zero” (SANEH, 2011, 267), não distinguem se são falsas ou verdadeiras as ideias das classes dominantes apresentadas como leis naturais. “Daí a necessidade urgente do contraponto: é preciso pensar enquanto cultura de resistência, a formação de uma contra-consciência.” (SANFELICE, 2013, p. 86)

Sabe-se que a escola sozinha não pode ser responsabilizada pela solução dos problemas sociais que afligem seus alunos, particularmente no que tange às dificuldades de acesso ao trabalho



em condições adequadas. Entretanto, a escola pode pensar soluções essenciais, e não apenas formais, para uma educação que vise uma contra-internalização. Conforme Sanfelice, “um bom espaço de lutas, mas não exclusivo, para as juventudes, é o campo escolar, pois cada vez mais jovens, de diferentes juventudes, passam mais tempo e anos dentro dos sistemas escolares (...). Ali se deve travar a batalha pelo acesso ao conhecimento qualificado” (2013, p. 86).

É nesse esforço e tentativa de criar oportunidades para e com os jovens que a escola pode encontrar uma das possibilidades para construção de novos significados e perspectivas para a escolarização na vida dos mesmos.

Outro dado apontado pelos jovens, de acordo com os dados informados, é o aspecto positivo que conferem ao trabalho. Essa categoria é apontada como sinônimo de crescimento, independência, necessidade e autorrealização. Os jovens indicam em suas repostas que entendem a importância do trabalho para a constituição de suas vidas, da sua identidade como seres humanos. Entretanto, não visualizam claramente como o trabalho se realiza na sociedade capitalista. Essa falta de compreensão pôde ser percebida em dois momentos no questionário. Contraditoriamente, ao passo que indicam que trabalho e educação são possibilidades de uma formação integral e humanizadora, que insere criticamente os indivíduos na sociedade em que vivem, não apontam o trabalho como forma de exploração. Pode-se caracterizar aqui, de certa forma, que a falta de percepção e consciência de classe trabalhadora destes jovens amplia o poder alienante da lógica do capital quanto a exploração pelo trabalho. Nesse caso, temos em Saneh, que a condição juvenil em sua consciência dispõe de “uma vida sem conhecimento do passado e preocupações com o futuro” (2011, p. 268).

É este conhecimento do passado, sistematizado, científico, que a escola não está dando conta de transmitir aos alunos, impossibilitando assim que os jovens percebam as contradições do trabalho no capital.

A ignorância do passado tem como consequência inevitável, justamente, a preservação dos fatos históricos de opressão. A atração das novas gerações pelas novidades, pelo mais moderno possível sem, contudo estabelecer uma comparação histórica entre o novíssimo e o arcaico no que de fato eles se relacionam – a permanência das estruturas de dominação que constituíam o passado capitalista e compõem a atualidade capitalista no que realmente conta: a detenção da propriedade dos meios de produção nas mãos de pouquíssimos – possibilita a construção ideológica do velho sempre repaginado no novíssimo (SANEH, 2011, p. 268).

Nesse sentido, Marx indica que na busca da omnilateralidade, um fenômeno social, as



potencialidades são criadas pelo próprio homem, “no” trabalho e “pelo” trabalho. É por ele que o homem se forma, humaniza-se.

De acordo com Sousa Júnior (2009), Marx sempre se refere à omnilateralidade como uma ruptura com o modelo de homem unilateral forjado pela sociedade capitalista, o que pressupõe uma educação ampla, que compreende todos os aspectos da vida e que se manifesta na formação moral, ética, laboral, intelectual, artística, da afetividade, da sensibilidade. Seu horizonte situa-se no rompimento com o modelo burguês, centrado no individualismo e na mesquinhez, para o ressurgimento do ser humano que se afirma historicamente e estabelece relações sociais submetidas ao controle coletivo.

Dessa forma, finalizam-se as análises do objeto apresentadas até então conclamando as premissas de Mézáros quanto ao sentido da mudança educacional radical, que não pode ser senão “o rasgar da camisa-de-força da lógica incorrigível do sistema: perseguir de modo planejado e consistente uma estratégia de rompimento do controle exercido pelo capital, com todos os meios disponíveis, bem como com todos ainda a ser inventados, e que tenham o mesmo espírito” (2005, p. 35).

Por conseguinte, de acordo com Sanfelice (2013), acredita-se que seja viável que os jovens possam e devam auxiliar no erigir de uma contra-consciência à lógica do capital, que alimentem novas utopias. É tempo de oportunizarmos as juventudes, através da educação como ação humanizadora, promovendo a verdadeira interação jovem, escola-trabalho.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2 ed. São Paulo: Boitempo, Coleção Mundo do trabalho, 2009.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. As mutações no mundo do trabalho na era da mundialização do capital. **Cadernos do CEDES - Educação e Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago. 2004. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/%0D/es/v25n87/21460.pdf> Acesso em 20 jun. 2016.

DE ALMEIDA MEDEIRO, Flávia M. M. et al. As relações de trabalho na contemporaneidade brasileira. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais Fits**, Maceió, v. 1, n. 2, p. 47-59, maio 2013. Disponível em <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/700> Acesso em 14 jul. 2016.



FRIGOTTO, Gaudêncio. Juventude, trabalho e educação no Brasil: perplexidades, desafios e perspectivas. In: **Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação**. Regina Novaes e Paulo Vannuchi (orgs.). São Paulo: Editora: Fundação Perseu Abramo, 2004.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. - 1.ed. - São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Volume I livro primeiro. O processo de produção do capital. Tomo I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996. Disponível em:

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/acer_fontes/acer_marx/ocapital-1.pdf Acesso em: 25 jul. 2016.

_____. **Manuscrtos econômicos-filosóficos** / Karl Marx; tradução, apresentação e notas Jesus Ranieri. - [4. reimpr.]. - São Paulo: Boitempo, 2010. il. - (Coleção Marx-Engels). Disponível em:

https://books.google.com.br/books?id=MitgtgLIXnMC&printsec=frontcover&hl=pt-BR&source=gbs_ge_summary_r&cad=0#v=onepage&q&f=false Acesso em: 22 jul. 2016.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. István Mészáros; tradução de Isa Tavares. - São Paulo: Boitempo, 2005.

SANEH, Giuliano. Apertando o parafuso: a ideologia da adaptação. In: **Dilemas e contestações das juventudes no Brasil e no mundo** / Janice Tirelli Ponte de Sousa, Luís Antonio Groppo (organizadores) – Florianópolis: UFSC, 2011. p. 251-272.

SANFELICE, José Luiz. Breves reflexões sobre “juventude”, educação e globalização. In: **Juventudes, Democracia, Direitos Humanos e Cidadania**. Otávio Luiz Machado (org.). - Frutal-MG: Prospectiva, 2013.

SOUSA JÚNIOR, Justino. Omnilateralidade. Omnilateralidade & politécnica. In: **Dicionário da educação profissional em saúde** / Isabel Brasil Pereira e Júlio César França Lima. 2.ed. rev. ampl. - Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2008.

SPOSITO, Marília Pontes. Estudos sobre juventude em educação. In: **Juventude e Contemporaneidade**. Revista Brasileira de Educação. Número Especial, 5 e 6. São Paulo: ANPED, 1997. Disponível em http://anped.org.br/rbe/numeros_rbe/revbrased6_5.htm Acesso em 25 jul. 2016.